

## **Ações Afirmativas à luz da Constituição Federal de 1988 – Mulher, Gênero, Cidadania e Política**

Cintia Pedrosa Gomes <sup>1\*</sup>; P. Gonçalves Teixeira<sup>2\*</sup>; C. Lima do Nascimento <sup>3\*</sup>; E. V. de A. Filho <sup>4\*</sup>; A. P. Carneiro<sup>5</sup>.

GPIDMR-ITEP-UENF<sup>1</sup>; UENF <sup>2</sup>; UFF <sup>3</sup>; UENF <sup>4</sup>; GPIDMR-ITEP-UENF<sup>5</sup>.

*\*cintia-pedrosa@hotmail.com*

O termo Ações Afirmativas foi utilizado pela primeira vez na década de 1960 ainda no século XX, e nesta época o conceito se restringia ao conjunto de ações políticas de governo que visavam mitigar as diferenças raciais, ou ainda objetivavam combater os efeitos herdados historicamente em razão das diferenças raciais e suas diversas consequências: escravidão, segregação racial, racismo etc. As ações afirmativas surgem justamente para dirimir a desigualdade de participação política, fortalecendo o senso de justiça e cumprindo os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de construir uma sociedade livre, justa e solidária; de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme artigo 3º da Carta Magna. Vale frisar que o marco significativo da ação afirmativa de gênero no Brasil acontece com o advento da Lei Nº. 12.034 de 2009, que garante o direito ao sufrágio feminino. O presente resumo tem condão de suscitar verdadeira discussão e reflexão social acerca da evolução das ações afirmativas no Brasil desde o implemento da CF de 1988. Com a chegada das novas gerações tem-se a modificação do panorama social, e conseguimos concluir que esse conjunto de ações políticas passam a ser também da iniciativa privada, bem como, abarcam diversos contextos sociais além da questão racial. A temática abordada se torna mais robusta ao longo das décadas, e a figura da mulher surge de forma ativa no âmbito das ações afirmativas de gênero com marco a partir da inclusão feminina no processo eleitoral. O trabalho de pesquisa utilizará o método de levantamento bibliográfico por meio de obras específicas acerca do tema, bem como, através de ampla pesquisa em plataformas e ferramentas eletrônicas. O artigo ainda se encontra em confecção e será o marco inicial para dissertação de mestrado em que a autora principal irá desenvolver ao longo do seu curso. Neste trabalho foram utilizadas para discussão as obras de Simone de Beauvoir (1949), Michel Foucault (1974) e Thomas Sowell (2016) para desenvolvimento do estudo acerca do lugar ocupado pela mulher dentro do contexto das ações afirmativas governamentais brasileiras. A política de ações afirmativas nasce de uma leitura do diagnóstico sócio-cultural para corrigir desigualdades e, as discussões acerca do tema surgem cada vez mais fortes nesse cenário com a luta feminina por ocupar um lugar no panorama social de devido reconhecimento. A mulher passa a ser sujeito ativo na construção da sociedade contemporânea, e o papel destas ações tende a corrigir as disparidades frutos de uma sociedade patriarcal construída ao longo de muitas décadas.

Palavras-chave: Mulher, Ações, Social

Instituição de fomento: Universidade Estadual do Norte Fluminense